

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES - IPREM

CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 01/2015

Cód. 49 – Procurador Jurídico

Deu Branco

Branco é o papel antes da ideia, a tela do computador antes da letra, da crônica, do poema, do romance, da carta, da sentença!

Que coisa é o branco? O branco é vário, diz uma coisa a cada um. Branco é o lençol antes da noiva. É o bilhete de loteria de quem não teve sorte. É o voto desiludido.

Branco é o quadro abstrato do pintor russo Kazimir Malevich, Branco sobre Branco, a provar que sempre existe um branco mais branco que outro branco, e outro menos branco, e então como é que fica, meu branco?

Branca era a Grécia antes de Roma — acrópole de mármore ao sol, barcos brancos riscando o azul, claras casas calcificadas, mulheres de túnica branca à espera de qualquer tragédia.

Branca é a bandeira da trégua, a pomba da paz, a tela antes da lambida do pincel, a toalha da mesa antes do molho, é a carne da dieta, a zebra nos intervalos.

É a falha da fala, ficar sem rumo: deu branco!

Branco é o envelope antes do endereço, o roupão do hotel cinco-estrelas, o avental do cirurgião antes do corte!

O leite, o arroz, o ovo, o açúcar, o sal, a farinha, cada qual tem seu branco particular e distintivo: o branco aprisionado do leite no copo, o aconchegado do arroz fumegante, a enganosa vestimenta do ovo, o brilho à Swarovski do açúcar cristal, o solúvel amontoado do sal, o domingueiro da farinha — brancos só até a chegada da fome, que é negra.

Havia coisas cujo branco nos marcou, e onde estão, hein? Onde estão: a roupa íntima, cuja brancura foi destronada pelo arco-íris; o terno branco de linho, coitado, relegado a figurino; a banda externa dos pneus de luxo; a lua cheia urbana, que a poluição amarelou; o hábito das freiras, que já não é um hábito; a luva pop de Michael Jackson; a camisa branca dos escritórios, de perda unanimidade; as paredes e os muros preferidos pelos pichadores, em que mais nos agride sua insânia.

Branco símbolos de dignidade restam esmaecidos, como os cabelos de tantos velhinhos marotos...

Há boas-vindas perturbadoras nos dentes brancos de um sorriso... Há brancas surpresas nos escondidos do corpo de certas mulheres... Há a calma branca do silêncio após a eloquência amorosa...

Nós nos habituamos à simbologia do branco: paz, castidade, pureza, fé, iniciação, a pomba, o vestido da noiva, a camisolinha dos anjinhos mortos, a toalha do altar, as vestes do batismo, da primeira comunhão, do candomblé. Mas há representações mais grandiloquentes, como o cavalo branco dos heróis, símbolo de majestade e beleza vitoriosa: o alado Pégaso mitológico, o vistoso cavalo do mocinho dos banguês-banguês, o feroso corcel do quadro Napoleão Cruzando os Alpes, pintado por Jacques-Louis David, empinando-se glorioso no alto da montanha nevada. (Quando meninos, perguntavam-nos: "Qual é a cor do cavalo branco de Napoleão?". Se dizíamos "branco", levávamos vaia, o certo era "branca", a cor.)

Branca de Neve não é só uma historinha do folclore medieval do norte europeu, compilada junto com outras lendas pelos irmãos Grimm, alemães. A menina-moça branca como a neve, adormecida por uma maçã enfeitiçada e mantida num caixão de vidro como se morta estivesse, vestida de branco dos pés à cabeça, é símbolo da pureza feminina que guarda-se para iniciação. Entrada na adolescência, Branca de Neve hiberna, espera, adormecida, a chegada do seu momento de desabrochar, aguarda o príncipe que a fará despertar com um beijo, para ser mulher.

Ah, faltou falar do lençol branco do adeus. Está falado.

Ivan Angelo

Disponível em: Disponível em: <http://vejasp.abril.com.br/>

1. Após a leitura do texto, analise as afirmações abaixo, coloque (V) para verdadeiro ou (F) para falso e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

A crônica fala a respeito do “branco” em várias situações:

- () Em branco: não escrito.
- () Assinar em branco: assinar um documento antes de estar preenchido, em confiança.
- () O branco é um atributo de quem merece respeito.
- () Muitos alimentos são brancos, mas cada um tem o seu branco específico.
- () A cor branca nos remete ao passado, trazendo-nos recordações.
- () O branco por sua forma ou natureza, em certas situações representa, sugere símbolos.

- A) V – F – F – V – F – V.
- B) F – F – V – V – V – F.
- C) V – F – V – V – V – V.
- D) F – V – F – V – F – F.

2. Analise os itens abaixo, coloque (C) para correto ou (E) para errado.

- () Todas as palavras, retiradas do texto, dependendo do contexto, podem ser usadas com ou sem acento. “hábito” – “silêncio” – “até” – “vário” – “está”.
- () Todas as palavras abaixo se escrevem com “sc” como “*adolescência*”. fa__ínio – mi__igenação – plebi__ito – tran__ende.
- () Todas as palavras, retiradas do texto, estão corretas quanto à divisão silábica. ci-rur-gião – a-pri-si-o-na-do – a-ma-re-lou – des-a-bro-chou.
- () A pontuação está correta nos dois períodos abaixo.
Os contratos e os outros documentos de natureza jurídica já foram redigidos?
Os contratos e os outros documentos de natureza jurídica já foram redigidos!
- () O uso do acento grave que indica a crase está correto na frase abaixo.
Assuntos ligados à problemas jurídicos.
- () O período abaixo se encontra na Voz Passiva.
“... a roupa íntima, cuja brancura foi destronada pelo arco-íris;”

Assinale a alternativa correta.

- A) E – C – C – C – C – E.
- B) C – C – E – E – E – C.
- C) C – E – C – C – C – E.
- D) E – E – E – C – E – C.

3. Observe os períodos retirados do texto e assinale a alternativa em que a colocação pronominal está INCORRETA.

- A) “Havia coisas cujo branco nos marcou, e onde estão, hein?”
- B) “... as paredes e os muros preferidos pelos pichadores, em que mais nos agride sua insânia.”
- C) “Nós nos habituamos à simbologia do branco:...”
- D) “... é símbolo da pureza feminina que guarda-se para a iniciação ...”

4. Em todas as alternativas as palavras retiradas do texto são formadas por derivação sufixal, EXCETO em:

- A) “desiludido”.
- B) “roupão”.
- C) “enganosa”.
- D) “vestimenta”.

5. Observe a regência do verbo “*comunicar*” nos períodos abaixo.

- I- O procurador comunicou as decisões do conselho ao diretor.
- II- O procurador comunicou-lhe as decisões do conselho.
- III- Comunicou-se a decisão ao diretor.
- IV- O diretor foi comunicado sobre as decisões do conselho.

A regência verbal está correta:

- A) nos itens I, II, III e IV.
- B) apenas nos itens I, II e III.
- C) apenas nos itens III e IV.
- D) apenas nos itens II e III.

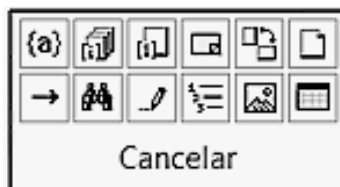
6. Os ícones do sistema incluindo Relógio, Volume, Rede, Energia e Central de Ações, são ícones especiais que fazem parte do Windows. Considere as afirmações abaixo.

- 1- Para esses ícones, você pode alterar o modo como ícones e notificações aparecem e se eles serão mostrados.
- 2- É possível desativar um ícone do sistema se você ou o fabricante do computador tiver instalado um programa semelhante.
- 3- Se um ícone do sistema for desativado, você não poderá ativá-lo posteriormente.

São afirmações corretas:

- A) 1 e 3, apenas.
- B) 2 e 3, apenas.
- C) 1 e 2, apenas.
- D) 1, 2 e 3.

7. Os botões da figura abaixo são exibidos na extremidade inferior direita da janela do Word 2010 quando clicamos no botão:



- A) Manipular figuras e objetos.
- B) Selecionar objeto de procura.
- C) Localizar títulos.
- D) Procurar por campo.

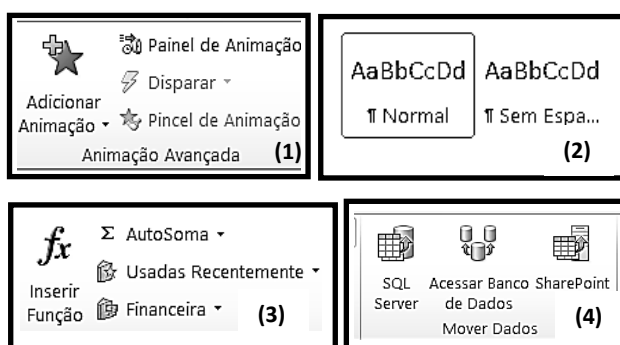
8. (Excel) Analise as afirmações sobre formato de número.

- 1- Se o formato de número interno não atender às suas necessidades, você poderá criar seu próprio formato personalizado.
- 2- Ao aplicar formatos de números diferentes, você pode alterar a aparência de um número sem alterar o próprio número.
- 3- Um formato de número não afeta o valor real da célula que o Microsoft Excel usa para efetuar cálculos. O valor real é exibido na barra de fórmulas.

São corretas as afirmações:

- A) 1 e 2, apenas.
- B) 1 e 3, apenas.
- C) 2 e 3, apenas.
- D) 1, 2 e 3.

9. Os grupos de botões representados nas figuras abaixo numeradas de 1 a 4 fazem parte das Guias das respectivas faixas de opções dos aplicativos do Office, na sequência:

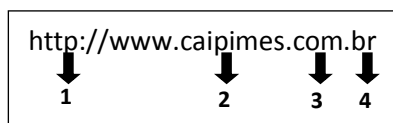


- A) Access – Word – Excel – PowerPoint.
- B) Excel – Access – PowerPoint – Word.
- C) PowerPoint – Word – Excel – Access.
- D) Word – PowerPoint – Access – Excel.

10. Preencha os parágrafos identificando os componentes do endereço Web exemplificado abaixo.

- () Empresa ou organização que mantém o site.
- () Protocolo de comunicação utilizado para buscar páginas na Web.
- () Identificação do país.
- () Tipo de organização.

A sequência correta do preenchimento é:



- A) 2 – 1 – 4 – 3.
- B) 3 – 4 – 1 – 2.
- C) 4 – 3 – 2 – 1.
- D) 1 – 2 – 3 – 4.

11. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo fica sujeito a estágio probatório por período de 3 (três) anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados, dentre outros, os seguintes fatores:
- A) pontualidade e ausência de penalidades.
 - B) eficiência no trabalho e capacidade de iniciativa.
 - C) correção de atitudes e desempenho satisfatório no cargo.
 - D) probidade administrativa e retidão funcional.
12. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á:
- A) a pedido do servidor, desde que conveniente à Administração Pública.
 - B) a juízo da autoridade competente.
 - C) após a instauração de processo administrativo disciplinar, assegurado a ampla defesa e o contraditório.
 - D) de ofício quando não satisfeitas as condições do estágio probatório.
13. A respeito da substituição, como tal prevista no Estatuto do Servidor Público de Mogi das Cruzes, pode ser afirmado o que segue:
- A) Substituição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão do mesmo Poder.
 - B) Nos casos de reorganização ou extinção de órgão, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável que não for substituído deve ser colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento.
 - C) A substituição deve ocorrer de ofício para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.
 - D) No caso de substituição de ocupante de cargo, o substituto terá vencimento igual ou equivalente ao padrão de maior valor do substituído, se for o caso.
14. Além do vencimento e das vantagens previstas no Estatuto do Servidor Público de Mogi das Cruzes, deve ser deferida aos servidores a seguinte gratificação:
- A) diária.
 - B) transporte.
 - C) ajuda de custo.
 - D) por encargo de curso ou concurso.
15. A demissão de servidor municipal de Mogi das Cruzes deve ser aplicada no seguinte caso:
- A) acumulação de cargos, empregos ou funções públicas.
 - B) inassiduidade habitual.
 - C) conduta inadequada na repartição.
 - D) a pedido do servidor.
16. São segurados do Regime Próprio de Previdência do Município de Mogi das Cruzes - RPPS-MC:
- A) os servidores públicos efetivos de autarquias do Município de Mogi das Cruzes.
 - B) os servidores contratados por tempo determinado pelo Poder Executivo do Município de Mogi das Cruzes.
 - C) os detentores de empregos públicos junto ao Poder Legislativo do Município de Mogi das Cruzes.
 - D) os agentes públicos investidos em cargo de provimento em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração junto ao Município de Mogi das Cruzes.
17. Os servidores públicos municipais abrangidos pelo Regime Próprio de Previdência do Município de Mogi das Cruzes serão aposentados:
- A) por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, no caso de moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.
 - B) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as demais exigências da lei.
 - C) compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos integrais.
 - D) por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, no caso de acidente em serviço.
18. Consoante o disposto na lei que institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Mogi das Cruzes, equiparam-se ao acidente de serviço:
- A) a doença proveniente de contaminação do segurado em função do cargo.
 - B) o acidente automobilístico que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído para a perda da sua capacidade para o trabalho.
 - C) o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho em consequência de ato de sabotagem praticado por terceiro.
 - D) o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho em consequência de desabamento, inundação ou incêndio, ainda que causados diretamente pelo agente de forma imprudente.

19. A respeito do auxílio-doença, como tal previsto na lei que institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Mogi das Cruzes, pode ser afirmado o que segue:
- A) O auxílio-doença deve ser concedido a pedido ou de ofício, com base em inspeção médica.
 - B) Deve ser concedido auxílio-doença ao segurado que ficar incapacitado temporariamente, o qual deve corresponder a 70% (setenta por cento) do valor da remuneração do cargo efetivo do segurado.
 - C) O auxílio-doença é devido a partir do 10º (décimo) dia de afastamento da atividade.
 - D) Deve ser concedido auxílio-doença ao segurado que ficar incapacitado por mais de 30 (trinta) dias, o qual deve corresponder a 80% (oitenta por cento) do subsídio do cargo efetivo do segurado.
20. São beneficiários do Regime Próprio de Previdência do Município de Mogi das Cruzes - RPPS-MC, na condição de dependentes do segurado:
- A) os irmãos e os pais do segurado.
 - B) os filhos e a companheira do segurado.
 - C) os tios e primos do segurado.
 - D) o cônjuge e os irmãos inválidos do segurado.
21. Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos de todos os entes federativos devem ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observando, dentre outros, o seguinte critério:
- A) cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a militares, e a seus respectivos dependentes, de cada ente estatal, permitido o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios.
 - B) identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com pessoal inativo civil, militar e pensionistas, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos.
 - C) as contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes, vedado o pagamento de quaisquer outras despesas administrativas.
 - D) cobertura de um número mínimo de segurados, de modo que os regimes possam garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio atuarial mediante o emprego de resseguro, conforme parâmetros gerais.
22. A previdência social deve ser organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e deve atender, nos termos da lei, a:
- A) auxílio-reclusão para os internos do sistema prisional, provisórios ou definitivos.
 - B) proteção ao trabalhador em situação de desemprego de qualquer natureza.
 - C) tutela especial para crianças e adolescentes, nos termos da lei.
 - D) proteção à maternidade, especialmente à gestante.
23. A Constituição Federal assegura o direito à aposentadoria no regime geral de previdência social, obedecida, dentre outras, a seguinte condição:
- A) trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher.
 - B) vinte e cinco de contribuição, se homem, e vinte anos de contribuição, se mulher, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e Médio.
 - C) sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.
 - D) trinta anos de contribuição, se homem, e vinte e cinco anos de contribuição, se mulher.
24. Apresenta-se como segurado obrigatório da Previdência Social, na qualidade de contribuinte individual, a pessoa física:
- A) que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
 - B) que presta serviço no Brasil para missão diplomática ou para repartição consular de carreira estrangeira e para órgãos a elas subordinados, ou para membros dessas missões e repartições.
 - C) servidora pública ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com os entes federativos, fundações e autarquias, inclusive em regime especial.
 - D) proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área superior a 4 (quatro) módulos fiscais; ou, quando em área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais ou atividade pesqueira, com auxílio de empregados ou por intermédio de prepostos.

25. Constituem outras receitas da Seguridade Social:
- A) 50% (cinquenta por cento) do resultado dos leilões dos bens apreendidos pelo Departamento da Receita Federal.
 - B) 70% (setenta por cento) de todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo.
 - C) as multas, a atualização monetária e os juros moratórios.
 - D) as receitas provenientes da locação e da alienação de bens públicos de natureza dominial.
26. Entende-se como base de contribuição:
- A) a remuneração do cargo ou emprego efetivo, acrescido de determinadas vantagens, bem como determinados adicionais, tais como o auxílio-creche e o salário-família.
 - B) o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes legalmente estabelecidas, bem como os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, excluídas aquelas expressamente previstas em lei.
 - C) o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes legalmente estabelecidas, bem como de outros adicionais, tais como a indenização de transporte e as diárias para viagens.
 - D) a remuneração do cargo ou emprego efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes legalmente estabelecidas, bem como de outros adicionais, tais como a ajuda de custo e as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho.
27. Apresentam-se como fundamentos da República Federativa do Brasil, dentre outros:
- A) a soberania e a solução pacífica dos conflitos.
 - B) o pluralismo político e a cidadania.
 - C) a dignidade da pessoa humana e a defesa da paz.
 - D) os valores sociais do trabalho e a prevalência dos direitos humanos.
28. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
- A) é facultado aos sindicatos participar nas negociações coletivas de trabalho.
 - B) o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
 - C) somente a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
 - D) Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
29. O servidor público estável NÃO poderá perder o cargo:
- A) mediante procedimento administrativo disciplinar instaurado no âmbito de Tribunal de Contas, agindo na qualidade de órgão de controle externo.
 - B) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
 - C) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
 - D) em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
30. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
- A) seguridade social e registros públicos.
 - B) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
 - C) jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia.
 - D) trânsito, transporte e serviço postal.
31. A Constituição pode ser emendada mediante proposta:
- A) do(a) Presidente da República.
 - B) de metade, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
 - C) de mais da metade das Assembleias Legislativas estaduais, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
 - D) de um quinto, no mínimo, dos membros do Senado Federal.
32. Consoante o estabelecido na Constituição Federal, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções:
- A) nas infrações penais comuns, se proferida a denúncia pelo Procurador-Geral da República.
 - B) nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Congresso Nacional.
 - C) nas infrações penais comuns, se recebida a queixa-crime pelo Conselho Nacional de Justiça.
 - D) nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

33. A fase preparatória do pregão, concebido este como modalidade de licitação, deve observar o seguinte:
- A) a autoridade competente deve designar o pregoeiro, cuja atribuição inclui o recebimento dos lances; a mesma autoridade deve designar a comissão especial, cuja atribuição inclui a classificação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.
 - B) a autoridade competente deve justificar a necessidade da contratação, as exigências da habilitação e os critérios de aceitação das propostas, sem a necessidade, nesse momento, de serem fixados os prazos para fornecimento.
 - C) dos autos do procedimento devem constar a justificativa dos elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados.
 - D) a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, de forma a limitar a competição ao seu âmbito de abrangência.
34. No que concerne às tarifas relacionadas aos serviços públicos, pode ser afirmado:
- A) no atendimento às peculiaridades de cada serviço público, é vedado ao poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas.
 - B) os contratos podem prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.
 - C) em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, posteriormente à alteração.
 - D) as tarifas não podem ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.
35. São bens da União:
- A) as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.
 - B) os bens imóveis tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.
 - C) os bens de uso comum e os de uso especial.
 - D) os bens imóveis requisitados pelo Ministério da Defesa, em tempo de guerra.
36. Pessoas naturais que prestam serviços para a Administração Pública, com ou sem remuneração, sem vínculo empregatício, são denominadas:
- A) agentes públicos contratados por tempo determinado.
 - B) agentes prestadores de serviços autônomos.
 - C) particulares em colaboração com o Poder Público.
 - D) agentes públicos temporários.
37. No que concerne às agências reguladoras, pode ser afirmado o que segue:
- A) É vedado às Agências Reguladoras requisitar servidores e empregados de órgãos e entidades integrantes da administração pública.
 - B) A lei de criação da Agência deve definir as atribuições do Ouvidor, assegurando os limites de sua subordinação, o grau de autonomia e independência de atuação e as condições para o desempenho de suas atividades.
 - C) Os Conselheiros e os Diretores somente perderão o mandato em caso de condenação judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar.
 - D) As Agências devem ser dirigidas em regime de colegiado, por um Conselho Diretor ou Diretoria composta por Conselheiros ou Diretores, sendo um deles o seu Presidente ou o Diretor-Geral ou o Diretor-Presidente.
38. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, como tal previsto expressamente na Lei de Improbidade Administrativa, dentre outros:
- A) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
 - B) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
 - C) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
 - D) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
39. Assinale a alternativa que se encontra em contrariedade com o estabelecido expressamente pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- A) Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.
 - B) A lei nova, que venha a estabelecer disposições gerais ou especiais a par das já existentes, possui o condão de revogar ou de modificar a lei anterior.
 - C) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
 - D) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

40. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:
- A) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
 - B) os pródigos e os silvícolas.
 - C) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
 - D) os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
41. São pessoas jurídicas de direito público interno:
- A) as agências reguladoras e as associações públicas.
 - B) os Municípios e os partidos políticos.
 - C) os territórios e as organizações religiosas.
 - D) as empresas individuais de responsabilidade limitada e as fundações.
42. No que diz respeito ao domicílio, assim dispõe o Código Civil Brasileiro:
- A) O servidor público e o marítimo possuem domicílio facultativo.
 - B) O domicílio da pessoa jurídica é o lugar onde ela estabelece o centro dos seus negócios com ânimo definitivo.
 - C) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar de habitação de seus genitores.
 - D) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.
43. No que concerne às benfeitorias pode ser afirmado o que segue:
- A) São benfeitorias necessárias as que aumentam ou facilitam o uso do bem.
 - B) São benfeitorias voluptuárias as de deleite ou recreio, que aumentam o uso habitual do bem, visto torná-lo mais agradável, ensejando sua valorização.
 - C) Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
 - D) São benfeitorias úteis as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.
44. O erro é substancial quando:
- A) concerne à qualidade da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de qualquer modo.
 - B) interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais.
 - C) sendo de fato e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo principal do negócio jurídico.
 - D) concerne à identidade da pessoa a quem se refira a declaração de meio, desde que tenha influído nesta de qualquer forma.
45. Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo podem ser:
- A) coletivos, assim entendidos, os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular categoria de pessoas ligadas entre si por uma relação jurídica básica.
 - B) individuais heterogêneos, assim entendidos, os decorrentes de origem comum e da atividade ou situação específica da totalidade ou de parte dos associados ou membros do impetrante.
 - C) coletivos, assim entendidos, de natureza divisível, de que seja titular grupo ou categoria de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica comum.
 - D) difusos, assim entendidos, os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo de pessoas ligadas com a parte contrária por uma relação jurídica elementar.
46. Apresenta-se como requisito NÃO essencial da carta de ordem, da carta precatória e da carta rogatória:
- A) a subscrição das folhas ou de extratos e anexos, rubricados pelo serventuário do cartório.
 - B) a menção do ato processual, que lhe constitui o objeto.
 - C) o inteiro teor da petição, do despacho judicial e do instrumento do mandato conferido ao advogado.
 - D) a indicação dos juízes de origem e de cumprimento do ato.
47. Não deve ser realizada a citação, salvo para evitar o perecimento do direito:
- A) aos doentes, que estejam na posse de atestado médico.
 - B) ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral em segundo grau, nos 8 (oito) dias seguintes ao falecimento.
 - C) aos noivos, nos 5 (cinco) primeiros dias de bodas.
 - D) a quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso.

48. Considera-se inepta a petição inicial:
- A) quando o tipo de procedimento, escolhido pelo autor, não corresponder à natureza da causa, ou ao valor da ação.
 - B) quando lhe faltar pedido ou causa de pedir.
 - C) quando a parte for ilegítima.
 - D) quando o autor carecer de interesse processual.
49. Cabe ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial. Presumem-se verdadeiros os fatos não impugnados, salvo:
- A) se a petição inicial estiver acompanhada do instrumento público que a lei considerar da substância do ato.
 - B) se for admissível, a seu respeito, a confissão.
 - C) se estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.
 - D) quando houver litispendência.
50. Assinale a alternativa que se encontra em contrariedade com o disposto no Código de Processo Civil quanto ao instituto da revelia.
- A) Ainda que ocorra revelia, o autor não poderá alterar o pedido, salvo promovendo nova citação do réu, a quem será assegurado o direito de responder no prazo de 15 (quinze) dias.
 - B) É permitido ao revel intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.
 - C) Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.
 - D) Contra o revel que tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.